



**Deixe que o leitor entenda...
Mc 13:14**

(Grupo de Estudos de hermenêutica da Diocese de Nova York)

Tradução: Rev. Jorge Aquino

***Um documento com os princípios interpretativos pelos quais
compreendemos as Santas Escrituras, desenvolvido em função do
pedido do bispo de New York em resposta as ações da Conferência de
Lambeth 1998***

Felipe perguntou ao Etíope, "Você entende o que está lendo?"

Ele respondeu, "Como posso, se ninguém me orienta?"

At 8:30-31

Membros do

Grupo de Estudos de Hermenêutica

Dr. Deirdre Good, Th. D.

The Rev. Br. Tobias Stanislas Haller, BSG

The Rev. Gaylord Hitchcock, Jr.

The Rev. Gerald Keucher

The Rev. J. Christopher King, D.Phil.

The Rev. Dr. John Koenig

The Rev. Canon Richard Norris, D.Phil.

The Rev. Lloyd Prator

The Rev. Emmanuel Sserwadda

Copyright - 2002 The Diocese of New York of the Episcopal Church
Esta publicação pode ser reproduzida para estudos e para propósitos não
comerciais em parte ou totalmente desde que seja incluído o copyright.

Janeiro 2002

Querido Povo de Deus,



Na Conferência de Lambeth 1998, uma vasta diferença de opiniões se tornou evidente entre os Bispos acerca das Sagradas Escrituras. Alguns na Conferência sugeriam que aqueles que não aceitassem sua interpretação das Escrituras estavam ignorando sua autoridade. Mas nós entendemos que esta diferença de opiniões nada tem a ver com a autoridade das Escrituras, mas com sua interpretação, e que é possível manter um grande respeito pela autoridade das Escrituras ao mesmo tempo em que nos abrimos para diferentes interpretações, significados e aplicações. A história da Igreja mostra que isso pode ser verdade mesmo em questões de teologia dogmática e não deveria nos surpreender que em matéria de teologia moral também encontremos diferentes entendimentos. Estas questões não podem ser facilmente discutidas sem um profundo e sério compromisso com toda a Escritura em seus vários níveis, assim como com um verdadeiro respeito diante de sua autoridade.

Tal compromisso é requerido para este momento na vida de Igreja, e a tarefa que demos aos membros da comissão que preparou este documento foi o de resumir, tão claro quanto possível o significado que muitos de nós, em nossa realidade particular da Tradição anglicana, entendemos, interpretamos e aplicamos as Sagradas Escrituras. Os Princípios de Interpretação que se seguem nos dão um resumo de um método e seus limites, para o nosso entendimento da Palavra de Deus escrita. Os comentários pretendem explicar e expandir alguns pensamentos por trás deste método e mostrar exemplos de como a Igreja, no transcorrer dos tempos, entendeu as Escrituras de diferentes formas. Apresentamos este documento aos nossos irmãos e irmãs desta diocese, assim como de outras partes de nossa Comunhão, como um sinal para futuras conversações, entendimentos e reconciliação.

Nós, nesta parte da Comunhão, temos um profundo respeito com as Sagradas Escrituras como a Palavra de Deus. É nossa esperança que este documento assegure esta verdade a todos aqueles de quem discordamos e talvez os faça ver como de que forma chegamos a estas conclusões em observância com os legítimos princípios da interpretação das Escrituras.

Richard F. Grein
Bispo de New York, Aposentado

Mark S. Sisk
Bispo de New York



Princípios de Interpretação

- 1.** As Santas Escrituras do Antigo e Novo Testamentos são a Palavra de Deus e contêm todas as coisas necessárias para a salvação. Elas são chamadas de Palavra de Deus pela família da fé, não porque Deus ditou o texto bíblico, mas porque a Igreja acredita que Deus inspirou estes autores humanos através do Espírito Santo e porque por meio do texto inspirado, lido dentro da comunhão sacramental da Igreja, o Espírito de Deus continua a oportuna iluminação e instrução dos fiéis.
- 2.** As Sagradas Escrituras são o primeiro texto constitucional da Igreja. Elas providenciam a base e os princípios guias para nossa comunhão e vida com Deus e fazem isso através de narrativas, leis, profecias, poesias e outras formas de expressão. De fato, as Escrituras são um instrumento da Igreja para compartilhar a comunhão com Jesus Cristo, a Palavra viva de Deus, que a utiliza para constituir a Igreja como um corpo com diversos membros, participando juntos em sua própria palavra, sabedoria, e vida.
- 3.** As Escrituras, como “Palavra de Deus escrita” dão testemunho do mistério pascal da Palavra de Deus encarnada, crucificada e ressurreta, e sua própria interpretação depende disso. Embora as Escrituras sejam claramente uma coleção diversa de documentos representando uma variedade de autores, tempos, objetivos e formas, a Igreja os recebeu e colecionou e desde o início, a tem interpretado por seu testemunho para um entendimento de um tema unificado: o desdobramento da economia da salvação, como tendo sido cumprido em Jesus Cristo.
- 4.** As Escrituras documentam e narram, não apenas os atos salvíficos de Deus mas também as múltiplas respostas humanas, revelando que o propósito imutável de Deus em redimir é cumprido, não por meio de coerção ou de um sistema determinístico, mas por meio de um compassível plano divino que respeita a liberdade humana, adaptada às mudanças das circunstâncias históricas, culturais, experiências e necessidades individuais. Na leitura dos diversos textos das Sagradas Escrituras, a Igreja procura uma crescente compreensão deste plano e dos preceitos e práticas nas quais os crentes podem responder mais fielmente a ele, andando no caminho de Cristo.



- 5.** O próprio Novo Testamento interpreta e aplica os textos do Antigo Testamento apontando para e revelando o Cristo. Assim, a revelação de Deus em Cristo é a chave para o entendimento da Igreja sobre as Escrituras como um todo.
- 6.** Textos individuais não devem, portanto, ser isolados e torcidos para significar alguma coisa em disparidade com o sentido ou a trajetória do plano divino torcendo a visão geral das Escrituras.
- 7.** Disto se conclui que as palavras do texto ou textos escriturísticos, embora obrigatórios, não pode ser, em todas as circunstâncias, recebidas pela Igreja como autoritativas. Mesmo que a Igreja não tenha autoridade para anular "mandamentos de cunho moral" – como o faz com cerimônias e ritos, - o significado da verdade moral de qualquer mandamento não é simplesmente dado, mas deve ser discernido.
- 8.** Assim, para que os julgamentos eclesiásticos da moralidade das ações e das disposições sejam autoritativos, é insuficiente simplesmente condenar aquelas coisas que são condenadas em algum lugar nas Escrituras, ou aprovar aquelas coisas que são em algum lugar aprovadas.
- 9.** Uma interpretação fiel requer da Igreja o uso dos dons da memória, razão e habilidades para encontrar o senso do texto escriturístico e para colocá-lo no tempo e no espaço. A Igreja deve então buscar o significado presente do texto à luz de toda a economia da salvação. Líder entre os princípios-guia pelos quais a Igreja interpreta os textos sagrados é a congruência de sua interpretação com o sumário da lei apresentado por Cristo e o novo mandamento, e os credos.
- 10.** A interpretação das Escrituras feita pela Igreja é também parte da resposta humana à economia da salvação, um meio essencial por meio do qual cristãos fiéis entendem as ações de Deus em suas vidas e experiências e, conseqüentemente conhecer o poder de Deus para julgar, redimir, libertar e transformar.
- 11.** No entanto, precisamente porque os membros da Igreja são humanos, sua leitura das Escrituras é contingente e falível, mesmo em matéria de fé e moral. Lendo suas Escrituras, a Igreja histórica permanece sempre uma comunidade peregrina usando o discernimento, a conversação e a argumentação para encontrar seu caminho.



-
- 12.** A segurança interpretativa está não na comunidade indefectível nem no magistério infalível, mas no depósito aprovado da fé batismal e, acima de tudo, no Deus do pacto, que permanece fiel diante de um povo que erra.
- 13.** Afirmar a suficiência das Santas Escrituras para a salvação é ampliar a esfera de liberdade humana por meio do conhecimento limitado que temos em assuntos de fé e moral. Tomada desta forma, as Escrituras não perdem sua autoridade; ao contrário cumprem sua razão última, que é trazer todas as pessoas à abençoada liberdade dos filhos de Deus, cujo serviço é perfeita liberdade.